Informativo eletrônico elaborado pela Unidade de Auditoria do IFPE, com o objetivo de compartilhar os principais Julgados, Normativos, Relatórios de Auditoria etc, a fim de auxiliar os gestores na tomada de decisões, tornando o trabalho mais eficiente, com melhor desempenho e obtenção de resultados.

O compartilhamento das informações, ainda que se refiram à outra unidade da Administração Pública, constitui uma forma de assessoramento preventivo, na medida em que possibilita aos Gestores a adoção de providências internas que previnam a ocorrência de casos semelhantes.

"(...) A atividade de auditoria interna governamental deve ser desempenhada com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações que as gerenciam. " **(Instrução Normativa nº 3/2017 - SFC/CGU)**

JULGADOS

AGÊNCIA DE ESTÁGIO E ESCRITÓRIO VIRTUAL

Acórdão nº 249/2018 - TCU - Plenário.

1.6.1. (...) a contratação de agências virtuais de estágio não é vedada pela Lei 11.788/2008 e que a previsão dessa possibilidade em edital se coaduna com o princípio da isonomia e possibilita a ampliação do nível concorrencial do certame, de acordo com o art. 3º da Lei 8.666/1993;
1.6.2. em futuras licitações quanto ao mesmo objeto, e no caso de aquela entidade decidir ser importante que a organização vencedora tenha sede em algum lugar específico, que essa exigência seja justificada, e que seja feita não para o momento da licitação, mas para o momento da contratação.

GESTÃO DE PESSOAS, CONTROLES INTERNOS E ROL DE RESPONSÁVEIS

Acórdão nº 883/2018 - TCU - 1ª Câmara.

1.7. (...) avalie a conveniência e a oportunidade de:
1.7.1. realizar a avaliação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco com vistas a melhorar o gerenciamento da força de trabalho disponível;
1.7.2. estabelecer em normativos internos as rotinas de fiscalizações dos convênios e das análises das prestações de contas, dos fluxos e das atividades a serem realizadas pelos setores e pelos servidores envolvidos com essas atividades com vistas a melhorar os mecanismos de controle interno dessa área;
1.8. (...) impropriedade verificada pelo não encaminhamento dos períodos efetivos de gestão dos substitutos que desempenharam pelo menos uma das naturezas de responsabilidade especificadas no caput do art. 10 da IN TCU 63/2010, identificada no rol dos responsáveis, o que afronta o disposto no citado dispositivo, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes.

DETALHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

Acórdão nº 237/2018 - TCU - Plenário.

1.7.1. (...) nas contratações de outsourcing de impressão, considere as orientações, boas práticas e vedações contidas em Anexo da Portaria MP/STI 20, de 14/06/2016, de forma a evitar excessivo detalhamento de especificações técnicas mínimas dos equipamentos, que podem levar ao direcionamento da contratação para um fabricante específico, e definir a escolha do modelo de contratação que melhor atende às necessidades da Administração, garantindo atenção aos princípios que regem a contratação pública, como eficiência, economicidade, competitividade entre outros;

PREGÃO ELETRÔNICO

Acórdão nº 438/2018 TCU 2ª Câmara.

9.1.2. determinar à Caixa Econômica Federal que, no âmbito dos contratos de repasse nos quais atua como mandatária da União, oriente os convenentes a privilegiar o pregão eletrônico como modalidade de licitação;

PARCELAMENTO DO OBJETO, PESQUISA DE PREÇOS E PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Acórdão nº 440/2018 TCU 2ª Câmara.

(...) 9.2.1. a ausência de divisão das obras, serviços e compras efetuadas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, (...), viola o art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, bem como a Súmula TCU 247;
9.2.2. a inexistência de estimativas fidedignas para os preços contratados, amparadas em ampla pesquisa de mercado, (...), infringe o art. 15, § 1º, da Lei 8.666/1993;
9.2.3. a falta de estimativas fidedignas dos quantitativos de itens a serem contratados, amparadas por minuciosa apuração das reais necessidades do órgão, (...), infringe o art. 15, § 7º, inciso II da Lei 8.666/1993.

LICITAÇÕES, CONTRATO ADMINISTRATIVO E DISPONIBILIDADE EM MEIO ELETRÔNICO

Acórdão nº 545/2018 - TCU - 2ª Câmara.

9.3. (...) dados relativos a licitações realizadas e contratos celebrados por aquela unidade (...) devem estar sempre disponíveis em meio eletrônico, a fim de não haver prejuízo a eventual exame por este Tribunal e por outros órgãos de controle;

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ORDEM CRONOLÓGICA

Acórdão nº 888/2018 - TCU - 1ª Câmara.

1.7. (...) os pagamentos realizados em desacordo com a ordem cronológica de suas exigibilidades, (...), constituem afronta ao art. 5° da Lei 8.666/1993;

NATUREZA DAS DETERMINAÇÕES DO TCU

Acórdão nº 234/2018 - TCU - Plenário.

(...) a.1) as determinações do Tribunal de Contas da União (...) têm imanente cogência, não podendo ser descumpridas ou infirmadas salvo, no plano administrativo, pelo provimento de recurso próprio ou, em plano diverso, por força de ordem judicial, sob risco de penalidade pecuniária (arts. 58, IV, da Lei 8.443/1992 e 268, IV, do RITCU);
a.2) a aludida sanctio iuris poderá ser aplicada independentemente de audiência prévia do responsável (RITCU, art. 268, § 3°);

NORMATIVOS

VEÍCULOS OFICIAIS
Decreto Nº 9.287, de 15.02.2018.

Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

SUSTENTABILIDADE
Portaria MMA nº 28, de 19.02.2018.

Institui o Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P.

REFORMA TRABALHISTA E CONTRATO ADMINISTRATIVO
Orientações e Procedimentos.

Orientações e Procedimentos. Principais aspectos da reforma trabalhista que serão aplicados aos contratos firmados com a Administração Pública Federal.

VEÍCULOS OFICIAIS
"Perguntas e Respostas"

A Secretaria de Gestão divulgou seção de "Perguntas e Respostas" relativa ao novo Decreto.

BOLETINS

STJ

Edição de nº 97 da publicação Jurisprudência em Teses.

TCU

Boletim de Jurisprudência nº 204.

TCU

Informativo de Licitações e Contratos nº 338.

NOTÍCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

CORREIÇÃO, PRAZOS E NULIDADE

A não observância do prazo previsto pela Lei nº 8.112/90 para conclusão do PAD acarreta nulidade do procedimento?

CONCURSO PÚBLICO

Candidato alçado à vaga por desistência de outros candidatos tem direito líquido e certo à nomeação.

ESTÁGIO PROBATÓRIO E AFASTAMENTO PARA ESTUDO

Admitido recurso extraordinário sobre afastamento de servidor em estágio para estudo no exterior.

AUDITORIA INTERNA DO IFPE

Para mais conteúdos, acesse a página da Unidade de Auditoria Interna do IFPE.

https://www.ifpe.edu.br/acesso-a-informacao/auditorias

Fontes consultadas:

Ementário de Gestão Pública
http://ementario.info/boletins/